

Relações raciais no curso de Medicina da Universidade Federal do Pará: vivências de estudantes negros e brancos

Josiney da Silva Trindadeⁱ

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil

Vilma Aparecida de Pinhoⁱⁱ

Universidade Federal do Pará (UFPA), Altamira, PA, Brasil

1

Resumo

Neste artigo, analisamos as percepções dos discentes negros e brancos sobre as relações raciais no curso de Bacharelado em Medicina da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira. Realizamos uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, sendo os dados coletados por meio de entrevista aberta e observação simples. Os resultados revelam a complexidade das dinâmicas raciais no campo investigado, coexistindo convivência harmoniosa e episódios de tensão racial. Nesse contexto, há a utilização do silêncio como estratégia para evitar o enfrentamento das questões raciais. Além disso, o racismo afeta a subjetividade de estudantes negros, que enfrentam estigmas e estereótipos que colocam em dúvida sua legitimidade. Há ainda a formação de grupos de apoio e redes de solidariedade entre estudantes negros como forma de resistência e estratégias de permanência, o que revela a resiliência desses discentes, assim como os limites das políticas institucionais na promoção de um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo e antirracista.

Palavras-chave: Educação Superior. Universidade. Curso de Medicina. Relações Raciais.

Racial relations in the Medical Program at the Universidade Federal do Pará: experiences of black and white students

Abstract

In this article, we analyze the perceptions of black and white students regarding race relations in the Bachelor's Degree Program in Medicine at the Federal University of Pará, Altamira Campus. We conducted a field study with a qualitative approach, collecting data through open interviews and simple observation. The results reveal the complexity of racial dynamics in the studied context, with harmonious coexistence and episodes of racial tension. In this context, silence is used as a strategy to avoid confronting racial issues. Furthermore, racism affects the subjectivity of black students, who face stigmas and stereotypes that question their legitimacy. There is also the formation of support groups and solidarity networks among black students as forms of resistance and strategies for remaining in the course, which highlights their resilience as well as the limitations of institutional policies in promoting a truly inclusive and anti-racist university environment.

Keywords: Higher Education. University. Medicine Course. Racial Relations.



1 Introdução

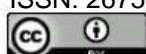
No início dos anos 2000, a sociedade brasileira passou a experienciar uma importante dinâmica de adoção de políticas afirmativas para a população negra, particularmente no âmbito das universidades públicas, tanto estaduais como federais. Tais políticas se tornaram uma das principais pautas reivindicatórias do Movimento Negro, desde sua reorganização, no fim da década de 1980.

Todavia, apesar da pressão desse movimento antirracista por essa pauta, que se intensificou a partir da primeira metade dos anos 1990, o Estado brasileiro manteve-se resistente a tais medidas, de modo que a primeira experiência se deu, primeiramente, no âmbito do governo do estado do Rio de Janeiro, por força da Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001, que instituiu “cota de até 40% para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense” (Rio de Janeiro, 2001, p. 1).

No contínuo desse processo, sob importantes investidas de diferentes organizações e entidades negras, diversas outras universidades foram aprovando e adotando, por meio de seus conselhos superiores, diferentes sistemas de cotas raciais, que estabelecem como critérios de seleção os marcadores raciais (raça/cor, etnia), ou cotas sociorraciais, que, juntamente com critérios raciais, utilizam marcadores sociais para seleção dos cotistas (origem escolar, renda etc.) (Trindade, 2023).

Apesar das constantes e crescentes pressões do Movimento Negro, apenas onze anos depois da implementação do primeiro sistema de cotas em uma universidade, o Estado brasileiro, sob presidência de Dilma Vana Rousseff (2011-2016), aprovou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, popularizada como Lei de Cotas, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências” (Brasil, 2012, p. 1).

Muito embora as cotas já estivessem popularizadas em muitas das instituições de educação superior, a Lei nº 12.711/2012 foi importante para a consolidação e universalização dessa política afirmativa. Como demonstra a Pesquisa sobre a



Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais, realizada pela Defensoria Pública da União (DPU) e pela Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), antes da sanção da Lei, 36 das 59 universidades federais não possuíam nenhuma política de ação afirmativa voltada para pessoas negras, porém, com a implementação da legislação, todas essas instituições passaram a adotar o sistema de cotas (DPU; ABPN, 2022).

3

Dezessete anos depois do primeiro sistema de cotas, e seis anos depois da implementação da Lei 12.711/2012, a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES constatou que, de forma inédita, o quantitativo de discentes autodeclarados negros (pretos e pardos) superou o quantitativo de discentes autodeclarados brancos (FONAPRACE, 2018), demonstrando o impacto e a importância dessa política de inclusão.

Esse processo de democratização e ampliação do acesso às IFES para estudantes de escolas públicas, particularmente para negros, e, consequentemente, a mudança no perfil dos discentes dessas instituições, desembocam em outras questões importantes que foram se acentuando. Destaca-se a forma como as relações entre os diferentes grupos raciais está ocorrendo no campo acadêmico, especialmente naqueles cursos lidos como sendo de alto prestígio social, nos quais a população negra esteve notavelmente sub-representada por um longo período. Nesse contínuo, partindo dessa questão, neste artigo, objetivamos analisar as percepções dos discentes negros e brancos sobre as relações raciais tecidas no curso de Bacharelado em Medicina da Universidade Federal do Pará, *Campus Universitário de Altamira*.

No que diz respeito à organização deste artigo, logo após esta introdução, ele está assim configurado: na primeira seção, apresentamos os procedimentos teórico-metodológicos; na segunda seção, situamos um referencial teórico sobre presença negra nos cursos de Medicina; na terceira seção, analisamos as percepções dos discentes negros e brancos sobre as relações raciais tecidas no curso de Bacharelado em Medicina da Universidade Federal do Pará, *Campus Universitário de Altamira*; e, em seguida, são apresentadas as considerações finais.

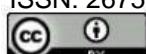
2 Procedimentos teórico-metodológicos

Nesta pesquisa, tivemos como campo de investigação o curso de Bacharelado em Medicina da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Altamira. No que se refere à abordagem, ela se caracteriza como qualitativa, pois nos debruçamos na compreensão de um nível de realidade que não pode ser reduzido a quantificações, de modo que a atenção se voltou a um orbe de significados, valores, ideias, hábitos e outros fenômenos que constituem a realidade social (Minayo, 2007).

Para a coleta de dados, utilizamos a técnica de entrevista aberta, na qual o informante é incentivado a discorrer livremente sobre um tema, enquanto as perguntas do investigador, quando feitas, visam a aprofundar as reflexões (Minayo, 2007). Ainda sobre a entrevista, Lüdke e André (2013) ressaltam que uma das mais importantes características dessa técnica de coleta de dados é que ela permite que o pesquisador perceba imediatamente e de forma corrente a informação que ele busca, podendo ser aplicada com praticamente qualquer tipo de sujeito e sobre os mais diversos tópicos.

Simultaneamente à realização das entrevistas, de forma complementar, utilizamos a técnica de observação simples – com registro em caderno de campo – que se constitui como aquela observação em que o pesquisador não tem um grau elevado de participação no interior do grupo estudado, observando-o de maneira mais espontânea (Gil, 2008). Todavia, como enfatiza o autor, apesar de sua espontaneidade, pode-se colocá-la no plano científico, visto que ela é tomada para além de constatações de fatos, sendo aplicado um controle, seguido de um processo de análise e interpretação dos dados coletados, ou seja, há o controle e a sistematização exigidos em um estudo científico.

Em relação à operacionalização da coleta de dados, nossa inserção em campo ocorreu no início de junho de 2022, sendo os primeiros contatos com os possíveis participantes desafiadores, pois as turmas são organizadas em pequenos grupos tutoriais de até 12 estudantes. Diante disso, adotamos a estratégia de envio de um questionário *on-line*, via Google Forms, com a mediação de uma discente do curso de Medicina. Porém, embora a ampla divulgação, apenas seis estudantes se voluntariaram, e, destes, somente três cederam entrevistas.



Para ampliar a amostra, implementamos outras duas estratégias adicionais: a abordagem presencial no prédio da faculdade, que resultou em duas novas adesões; e o estímulo à mobilização em rede entre os participantes, o que possibilitou a inclusão de mais cinco discentes.

5

No total, contamos com a participação de dez estudantes, sendo a saída do campo feita em agosto de 2022. Porém, neste recorte do estudo, partimos dos depoimentos de seis discentes: Entrevistado A – raça/cor branca, idade entre 20 e 25 anos, ingresso 2016, cota renda/escola, 12º período; Entrevistada B – raça/cor branca, idade entre 30 e 35 anos, ingresso 2020, cota cor/renda, 5º período; Entrevistada C – raça/cor parda, idade entre 20 e 25 anos, ingresso 2018, cota cor/renda/escola, 8º período; Entrevistada D – raça/cor preta, idade entre 25 e 30 anos, ingresso 2018, cota cor/renda/escola, 8º período; Entrevistada E – raça/cor parda, idade entre 20 e 25 anos, ingresso 2018, cota cor/renda/escola, 8º período; e Entrevistado F – raça/cor branca, idade entre 25 e 30 anos, ingresso 2016, cota renda/escola, 9º período.

Depois da transcrição *ipsis litteris* das entrevistas, gravadas em dispositivo digital e complementadas pelas observações *in loco*, os dados foram ordenados por temas gerais, como: percepções sobre as relações raciais; percepções sobre o racismo na instituição; percepções sobre o preconceito racial; e percepções sobre a discriminação racial. Após a ordenação em temais gerais, realizamos uma leitura em profundidade do material, de modo que nos foi possível identificar e classificar algumas categorias que se mostraram recorrentes nas narrativas dos entrevistados e, por isso, importantes para nossas análises, tais como: racismo, discriminação, silêncio, permanência, estratégia de permanência, entre outras. Posteriormente a essa ordenação e classificação dos dados, assim como identificação dessas categorias principais, iniciamos a fase de análise propriamente dita, em diálogo com as literaturas pertinentes a tais análises.

É importante ressaltar que, em observância às determinações éticas, o projeto de pesquisa que deu origem a este estudo foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Pará (CEP/UFPA), sob Parecer de nº 5.688.040.

3 Revisão bibliográfica: a presença negra nos cursos de Medicina

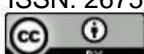
6

Nos últimos anos, a ampliação do acesso de estudantes negros à educação superior pública, especialmente por meio das ações afirmativas, tem produzido importantes inflexões nos cursos de Medicina ofertados pelas instituições brasileiras de Ensino Superior, que historicamente foram marcadas pela baixa representatividade da população negra, bem como por uma cultura institucional alinhada à branquitude como norma. Nesse contexto, a entrada expressiva de estudantes negros nesses espaços tradicionalmente elitizados opera como um agente desestabilizador da lógica acadêmica vigente, revelando aqueles mecanismos de exclusão racial historicamente naturalizados, de modo que, mais do que ocupar um maior número de vagas, os estudantes negros têm protagonizado disputas simbólicas e epistêmicas que tensionam os fundamentos da formação médica no Brasil.

Os estudos das relações raciais nas universidades brasileiras, particularmente nos cursos de Medicina, demonstram que o ambiente universitário, longe de se configurar como um espaço que é de fato democrático, tem se mostrado permeado por práticas de exclusão e violência simbólica (Trindade, 2023). Tais práticas se manifestam em forma de olhares de desconfiança, de questionamentos sobre a legitimidade da presença desse “novo” público, de exclusão social e de agressões veladas ou explícitas, como piadas racistas direcionadas a características fenotípicas, notadamente o cabelo crespo (Fredrich *et al.*, 2022).

Todavia, muito embora essas práticas racialmente orientadas sejam recorrentes, muitas vezes não são nomeadas como racismo, tanto pela dificuldade de reconhecer sua manifestação estrutural e institucional quanto pela tentativa dos próprios sujeitos de minimizar o sofrimento psíquico decorrente da discriminação (Fredrich *et al.*, 2022; Trindade, 2023). Assim sendo, a persistência dessa negação se articula, também, à concepção restrita de racismo como um ato individual e intencional, desconsiderando seu funcionamento sistêmico.

De acordo com Silviano e Moreira (2023), o racismo sistêmico se manifesta por



meio de práticas e valores coletivamente organizados, que operam a distribuição desigual de oportunidades com base na raça dos indivíduos. No contexto universitário, essa lógica se expressa tanto na baixa representatividade de pessoas negras no corpo docente e discente quanto na resistência institucional ao reconhecimento das desigualdades raciais como um problema estrutural que demanda políticas de equidade. Essa resistência, como demonstrado por Fredrich *et al.* (2022), contribui para a rejeição de medidas reparatórias e reforça a ideia de um suposto mérito neutro, ignorando os condicionantes históricos e socioraciais que moldam os trajetos educacionais, especialmente de negros, quilombolas e indígenas.

Contudo, particularmente, a presença mais expressiva de discentes negros na Medicina não se resume à denúncia da exclusão, pois ela tem produzido formas de resistência e criação coletiva, a exemplo de coletivos que introduzem categorias políticas importantes, como acolhimento, pertencimento e aquilombamento na vida universitária (Rosa; Facchini, 2022). Desse modo, esses coletivos se consolidam como espaços de apoio mútuo, fortalecimento e articulação política, contribuindo não apenas para a permanência dos estudantes negros, mas para a reconfiguração dos próprios modos de produção de saber. Assim sendo, a vivência coletiva da negritude no espaço acadêmico transforma-se em catalisadora de disputas epistemológicas que confrontam os currículos, as práticas pedagógicas e institucionais e os referenciais científicos eurocêntricos (Rosa; Facchini, 2022).

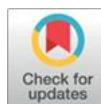
Nesse contexto, como observado em Rosa e Facchini (2022), a inserção de estudantes negros também tem ampliado e diversificado o escopo dos temas de pesquisa, a agenda dos eventos acadêmicos e os focos de atenção das ligas acadêmicas, produzindo um alargamento dos horizontes da Medicina. Com isso, a saúde da população negra, por exemplo, historicamente negligenciada tanto na formação quanto na prática médica, passa a ocupar um lugar de centralidade, não apenas como objeto de estudo, mas como campo de intervenção política e ética (Rosa; Facchini, 2022), contribuindo para o surgimento de uma Medicina mais plural, sensível às desigualdades raciais e aos determinantes sociais da saúde.

Todavia, é preciso considerar que o estigma vinculado à categoria “cotista”, muitas vezes acionado de forma depreciativa e indistinta a qualquer estudante negro, evidencia a persistência de estereótipos que desqualificam intelectualmente sujeitos racializados (Trindade, 2023). Contudo, tal categoria tem sido progressivamente ressignificada por estudantes que reconhecem nesse marcador uma expressão de luta coletiva e conquista política (Rosa; Facchini, 2022) e, ao subverter os sentidos negativos historicamente atribuídos à sua presença, esses estudantes afirmam sua legitimidade e contribuem para o deslocamento das narrativas de mérito, competência e pertencimento na universidade.

De todo modo, é preciso destacar que as desigualdades enfrentadas pelos estudantes negros não se limitam à dimensão racial, mas se articulam a outros marcadores sociais, como gênero, classe e sexualidade, pois as narrativas desses sujeitos indicam preocupações interseccionais e demonstram como a produção de conhecimento em saúde deve considerar as múltiplas opressões que configuraram a experiência dos corpos dissidentes, dos corpos não brancos (Rosa; Facchini, 2022).

Nesse cenário, ressaltamos que, especialmente em relação aos cursos considerados como sendo de alto prestígio social, as ações afirmativas não apenas democratizam o acesso, mas também inauguram novas possibilidades de transformação das instituições brasileiras de educação superior, pois, ao desnaturalizar a hegemonia branca no campo acadêmico, a presença negra contribui para a ampliação das fronteiras do saber, para a permanência de grupos raciais não brancos e para a construção de um modelo de universidade mais justo, plural e comprometido com a igualdade racial.

Assim sendo, a Medicina, como campo de práticas e saberes com profundo impacto social, mas que, por um longo tempo, manteve-se restrita à branquitude, tem possibilidades de transformação com essa inflexão que desafia seus fundamentos, reorienta sua ética e amplia o leque de beneficiários (Rosa; Facchini, 2022).



4 Resultados e discussões: relações raciais no curso de Medicina da UFPA

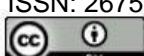
9

No processo de pesquisa, identificamos distinções, proximidades e semelhanças nas percepções dos discentes sobre as relações raciais no curso analisado. Enquanto alguns e algumas relataram a existência de interações harmônicas, outros apontaram que, apesar de certa estabilidade e equilíbrio, tais relações são atravessadas pelo racismo, que se manifesta tanto em preconceitos quanto em discriminações raciais, sutis ou explícitas.

No que tange aos entrevistados brancos, quando questionamos sobre a forma como as relações raciais se estruturam no curso de Medicina da UFPA, *Campus Altamira*, surgiram algumas questões relevantes, mesmo quando eles optaram por não aprofundar a discussão, o que, por si só, já indica como essa temática permeia a instituição. Vejamos os relatos de dois entrevistados: “*Normal. São harmônicas*” (Entrevistado F, raça/cor: branca, 9º período);

Essa questão de superioridade que o branco tem. Tem entre aspas, pois ele acha que tem. E tem essa questão do prestígio, porque a cor dele é mais aceita na sociedade do que a do outro, do negro. Então, é isso. Eu acho que o branco sempre acha que ele é mais superior e tal. Geralmente, as pessoas brancas se relacionam sem olhar pra sua cor, né! Mas quando uma pessoa branca se relaciona com uma pessoa preta, ela tá olhando pra cor dela, entendeu? Ela tá julgando. Algumas pessoas brancas, né! Nem todas (Entrevistado A, raça/cor: branca, 12º período).

Especificamente na curta fala de Entrevistado F, e considerando as observações realizadas *in loco*, o que percebemos no campo acadêmico investigado é a adoção do silêncio, para evitar a reflexão e a discussão sobre as relações raciais estabelecidas na instituição. Relações essas que, por sua vez, são transpassadas por ideologias e práticas racializadas. Nesse contexto, como corroboram os estudos de Bento (2002), Cavalleiro (2005) e de Santos e Rocha (2022), o silêncio é utilizado, particularmente pela branquitude, como estratégia para evitar o estresse racial e, assim, manter-se confortável no seu lugar social que, por si só, é um lugar de privilégio.



Assim, observamos que o silêncio funciona não só como um mecanismo de autopreservação, mas ele também reforça as desigualdades ao inviabilizar o debate e a problematização das relações raciais existentes. Ao se esquivar dessas discussões, a branquitude preserva sua posição de poder (material e simbólico), de distinção e mantém inalteradas as relações desiguais que sustentam o racismo e, consequentemente, seus privilégios, contribuindo para a naturalização da opressão e das desigualdades que afetam grupos não brancos.

Esse estresse racial mencionado anteriormente está intimamente ligado àquilo que DiAngelo (2018) definiu como *fragilidade branca*, que nada mais é que um estado emocional de desconforto e defensividade que muitas pessoas brancas demonstram ao serem confrontadas com questões relacionadas ao racismo e à sua própria branquitude. No mesmo sentido, Bento (2002) salienta que algumas situações causam reações de autodefesa nas pessoas brancas, como: quando precisam reconhecer que o acesso a oportunidades e recursos é diferente para vários grupos raciais, é desigual; quando se deparam com pessoas negras em posição de liderança; quando participam de atividades em que pessoas negras falam de racismo de maneira direta, desnudando os códigos da branquitude; e quando são racializadas, já que pessoas brancas se veem e são vistas como universais.

No que diz respeito às percepções do Entrevistado A, a primeira questão que se apresenta é a forma como o branco se vê e sente em relação ao negro, ou seja, como “superior” (porém comumente não publiciza). Aí está a expressão essencial das ideologias que constituem o racismo, isto é, que o branco, do alto de sua brancura, não só acredita na existência das raças naturalmente hierarquizadas (hierarquia na qual sua raça está no topo), mas que essas hierarquias são determinadas pelas estreitas relações existentes entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (Munanga, 2003).

É por meio dessa forma racializada de ver o outro, “o inferior”, que o branco constrói sua identidade racial “superior” e tece suas relações sociais, tanto com seus pares brancos (“iguais”) como com os não brancos (“os outros”, “os inferiores”). Assim, de uma forma ou outra, como podemos verificar em Piza (2016), a raça é o que define os termos

dessas relações. Todavia, apesar da crença na superioridade racial ser a máxima das ideologias racistas que predominam nas diferentes sociedades, e apesar dessa crença ser determinante nas relações raciais entre negros e brancos, precisamos considerar a natureza complexa e dinâmica que o racismo foi e vem adquirindo nos diversos territórios.

No Brasil, ele vem se constituindo com diversas especificidades, se compararmos aos racismos alojados nos diversos outros países. Com isso, dada as suas peculiaridades, foram surgindo importantes ideologias subjacentes igualmente racistas e nocivas, a exemplo da ideologia da mestiçagem, do branqueamento e do mito da democracia racial. Desse modo, as relações raciais estabelecidas entre negros e brancos são produto e produtoras de um racismo genuinamente brasileiro.

Diferentemente do que aconteceu em países como África do Sul (AS) e Estados Unidos da América (EUA), no nosso país não existiu um sistema racista legal de discriminação racial. O que ocorreu, e ainda hoje vigora, foi o estabelecimento de relações raciais mediadas por um racismo fundamentado em um preconceito racial de marca (baseado no fenótipo), como salientado por Nogueira (2006). Esse racismo, geralmente, não é publicizado (velado), mas sim comumente negado e, do mesmo modo, as práticas discriminatórias geralmente são dissimuladas e encobertas.

Na sociedade brasileira, a crença do branco na sua superioridade racial (crença essa percebida pelo Entrevistado A), é raramente publicizada no discurso da branquitude, conservando-se no íntimo do indivíduo branco ou do grupo racial ao qual ele pertence, muito embora haja exceções, como o período do Governo Bolsonaro (2019-2022), no qual ficaram evidentes e mais frequentes os discursos e práticas racistas explícitas.

No mais, é comum que o racismo só se evidencie mediante manifestações de preconceitos e práticas discriminatórias mais sutis que, por sua vez, resultam em relações raciais desiguais e garantem, a um só tempo: 1) o distanciamento social entre os grupos brancos e os grupos vistos como “inferiores”, como negros e indígenas; 2) a manutenção dos privilégios raciais dos grupos brancos; e 3) a manutenção de desvantagens raciais dos grupos não brancos. Ou seja, contribuem para a manutenção das desigualdades raciais entre esses grupos.



Em um outro momento, ainda discorrendo sobre suas percepções, o Entrevistado A relata:

12

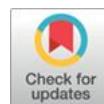
Eu acho que todo mundo tem um pouco de racismo, porque o racismo ele é estrutural, né? Desde que a gente é criança, a gente é exposto ao racismo e a gente acaba incorporando o racismo na gente. Então, às vezes até o próprio preto ele é racista. Porque alguns pretos crescem ouvindo que o cabelo dele é ruim, que a pele dele é feia, enfim. E aí ele cresce ouvindo isso e ele vai internalizando aquele racismo, vai realmente acreditando que o cabelo dele é ruim, que ele é sujo, sei lá. E aí, acaba que a relação do preto com outro preto talvez seja ruim por causa desse racismo que a pessoa internalizou. Entendeu? Que o próprio preto internalizou. E tipo, às vezes, coisas que ele não gosta nele, por ele ser preto, ele também não vai gostar no outro. Entendeu? (Entrevistado A, raça/cor: branca, 12º período).

Depois de “denunciar” o sentimento de superioridade que ele percebe que seus e suas colegas brancos têm em relação aos negros, observamos que o Entrevistado A ameniza o peso do racismo de seus pares, adotando uma estratégia que vem sendo muito utilizada pela branquitude brasileira, tanto nas relações interpessoais como institucionais, que é de não assumir de fato o seu “eu racista”, mas projetá-lo a uma (super)estrutura racista. É como se existisse uma (super)estrutura não produzida, mas naturalmente dada e intocável, que fabrica indivíduos racistas (suas vítimas) em um momento de fragilidade, nesse caso, a infância (“*Desde que a gente é criança, a gente é exposto ao racismo e a gente acaba incorporando o racismo*”).

Desse modo, já não há mais a figura do branco racista, mas sim da “vítima” exposta a um mal que não consegue conter e combater. Embora o branco não se veja como real culpado e sim uma “vítima” de uma (super)estrutura, o racismo é uma realidade, por consequência, surge a necessidade de se apontar alguém como causador desse problema. Nesse momento, a vítima geralmente é transformada em culpada, como Cavalleiro (2005) constata em seu estudo.

A exemplo desse processo, é possível observar, na fala do Entrevistado A, que, quando ele narra sobre a existência de um racismo estrutural (o primeiro culpado), em nenhum momento a figura do branco racista aparece de forma personificada ou explícita. Porém, o que surge é a denúncia da figura do “negro racista” (o segundo culpado). Nesse





cenário, manifesta-se aquilo que Bento (2016), fundamentada em Adorno e Horkheimer (1985), definiu como sendo um tipo de *falsa projeção*, ou seja, trata-se de um mecanismo “por meio do qual o sujeito procura livrar-se dos impulsos que ele não admite como seus, depositando-os no outro. Aquilo, portanto, que lhe é familiar passa a ser visto como algo hostil e é projetado para fora de si, ou seja, na vítima em potencial” (Bento, 2016, p. 42).

13

Apesar da expressão dessa falsa projeção, em que aquilo que é íntimo e indesejável é projetado para o outro construído como “o culpado”, há, nas percepções do entrevistado, uma questão interessante a ser discutida, pois interfere e é, ao mesmo tempo, consequência das relações desiguais estabelecidas entre brancos e negros nos diversos campos da vida social. Estamos falando dos impactos do racismo sobre a psiquê e as subjetividades do negro, que, por consequência, geralmente é levado à tentativa de anulação de seu corpo, de sua identidade e de outros elementos negativados, isto é, ele é levado à tentativa de negação e anulação de tudo aquilo que foge ao modelo excludente e violento de humanidade gestado em uma sociedade ideologicamente branca e racista.

É exatamente sobre essas experiências emocionais de ser negro em uma sociedade de ideologias, estéticas, comportamentos, exigências e expectativas brancas que Souza (2021) dialoga em seu estudo. A autora ressalta que tais experiências vividas pelo negro, particularmente por aqueles que buscam ascensão socioeconômica, resultam na adesão às prerrogativas, valores e *status* brancos, ou seja, resultam no massacre das identidades negras e, por consequência, o negro toma o branco como um modelo de identificação, por entendê-lo como a única via para vir a “tornar-se gente”. Aliás, é por essa lente que a branquitude se vê e se apresenta, como o único modelo de humanidade, de civilização, de “ser gente”.

Nesse cenário, como ressaltado por Costa (2021), no cerne desse processo de autoanulação e, consequentemente, de alienação do negro, está a violência. Desse modo, ser negro ou ser negra é “ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (Costa, 2021, p. 25). A autorrecusa e a autoanulação do corpo negro, seguidas da tentativa de incorporação do



ego branco, que é vivida por muitos negros, e que de certa forma foi percebido pelo Entrevistado A, resulta na recusa e na oposição a todas aquelas qualidades que a pessoa negra internalizou como sendo inferiores e indesejáveis, por estarem envenenadas pelos estigmas raciais/racistas que deturparam e destruíram as percepções positivas de tal identidade.

14

Nesse contexto, o negro que está imerso nesse processo de alienação de si, ao identificar em si ou em seus pares aquelas características raciais (físicas, morais e culturais) que foram estigmatizadas pelos brancos, tende a desprezá-las e vê-las com apatia ou mesmo repulsa. Todavia, nesse complexo processo histórico e psíquico de violência, é importante considerarmos que tal processo – que resulta na internalização de estigmas e que, consequentemente, desemboca na tentativa de autoanulação do corpo negro, seguido da tentativa de encarnação do corpo e do ego branco – é forjado em uma sociedade racializada, fundada sobre e sob ideologias fortemente racistas.

Nessa conjuntura de profundos estigmas raciais criados sobre o corpo, o intelecto, a moral e as culturas negras, precisamos considerar o significado e a importância dados à ideologia da mestiçagem, especialmente no debate político-ideológico, pois, como enfatizado por Munanga (2016), foi essa ideologia que fundamentou e orientou tanto o desenvolvimento da identidade nacional como das identidades individuais.

Como ressalta o autor, a mestiçagem, que na verdade se constitui como um fenômeno biológico, foi transformada em um projeto político pelo qual construiríamos a tão almejada identidade nacional brasileira. E o ideal de branqueamento se constituiu como peça basilar desse processo, visto que havia uma crença que, por meio de uma contínua mestiçagem, surgiria uma “nova raça brasileira”, isto é, mais arianizada ou mais branca fenotipicamente [e culturalmente], de modo que desapareciam aqueles tipos raciais “inferiores” e nocivos ao ambicioso projeto de nação, a exemplo de “índios”, “negros” e “mestiços” (Munanga, 2016).

Como toda ideologia, o branqueamento (fenotípico, moral e cultural), apresentado aos negros e às negras como o caminho de redenção, precisou ser propagado por meio dos mecanismos de socialização e de educação, de modo que foi introjetada pelas



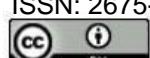
populações negras e brancas. Com isso, esse movimento incidiu, particular e principalmente, no “processo de construção da identidade do ser negro individual e coletivo, como também na formação da autoestima geralmente baixíssima da população negra e na supervalorização idealizada da população branca” (Munanga, 2016, p. 14).

Considerando todo esse encadeamento, há que se desnaturalizar a culpabilização do negro e nos voltarmos às bases desse processo de interiorização de estigmas e alienação de si vividos por muitos negros. Os sentimentos de desprezo e apatia que muitos apresentam ao identificar em si ou em seus pares algumas qualidades e características raciais negras (físicas, morais e culturais) foram forjados em um processo intenso e contínuo de uma violenta deturpação e destruição das autopercepções positivas das identidades negras. Processo esse gestado em uma sociedade fortemente racista e opressora dos tipos raciais vistos e construídos por ela como “inferiores”.

De todo modo, também precisamos pensar nos desdobramentos práticos de todo esse decurso, deixando evidente quem são os reais legatários desse processo, a saber, a branquitude, que, por sua vez, goza de todos os privilégios raciais dele decorrente. Em outras palavras, é a branquitude que goza de todas as vantagens materiais e simbólicas acumuladas por meio da instrumentalização do marcador social raça e/ou etnia, pela qual é, explícita ou implicitamente, justificada não só a suposta inferioridade de determinados grupos étnico-raciais, mas também a exploração e, consequentemente, os prejuízos acumulados por tais grupos.

Em continuidade às nossas análises, uma outra entrevistada relata as seguintes percepções sobre as relações raciais no curso investigado:

Tem uma divisão. Os pretos convivem com os pretos e os indígenas. Só que, assim, acho que isso tá caindo por terra. O coordenador do CAMED [Centro Acadêmico de Medicina], ele é cotista. Então, eu acho que tá caindo um pouco por terra. Acho que eles [os brancos] estão vendo que eles [os negros] também se esforçam, são capazes. Geralmente, os alunos que vêm de cota, como eles passaram como uma nota menor, elas vêm com um menor aprendizado e isso meio que já estigmatizou aquelas pessoas de cotas, como se fossem pessoas mais “burras”, menos inteligentes, menos capazes de tá aqui no curso de Medicina (Entrevistada B, raça/cor: branca, 5º período).





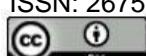
No depoimento anterior, é possível observarmos que é feita uma relação direta entre cotas e estoque étnico-racial, como se todo cotista fosse necessariamente negro ou como se todo negro fosse necessariamente cotista. E, mais que isso, percebemos no depoimento da Entrevistada B, e de outros entrevistados, que é feita uma correlação entre cotas, falta de esforço e incapacidade intelectual do negro.

16

Além do esvaziamento das reais razões de ser das cotas, entre as principais o combate às desigualdades raciais, observamos que há, nas relações tecidas no cotidiano da instituição, um reforço dos estereótipos que recaem historicamente sobre a pessoa negra, isto é, do negro preguiçoso que não se esforça o suficiente e do negro limitado intelectualmente ou, como expresso na fala anterior, do negro “burro”. Ou seja, ainda que de forma implícita, entende-se que as cotas são uma medida paternalista ou populista para aqueles incapazes e limitados cognitiva e intelectualmente, e não uma medida de combate aos intransigentes mecanismos de discriminação racial, que, por sua vez, resultam em brutais desigualdades entre negros e brancos.

Transpassados por tais estereótipos e preconceitos raciais, que comumente resultam em discriminações, as “pessoas que vêm de cotas”, ou seja, os negros, vistas como “burras”, “menos inteligentes” e “menos capazes”, antes de mais nada, precisam contornar ou desconstruir esses estereótipos, provando sua capacidade intelectual e, com isso, seu mérito para ocupar um lugar entendido pela branquitude como sendo naturalmente dela. Em outros termos, o corpo negro, visto como um intruso, um impostor ou um usurpador, antes de tudo, precisa ser reconhecido pelos brancos como capaz e como dotado de razão para, assim, começar a ser aceito como parte integrante daquele espaço, muito embora sua permanência não se dê em pé igualdade, mas sempre permeada pelo preconceito e pela discriminação racial.

Como anunciado inicialmente, juntamente com as percepções dos discentes brancos, buscamos analisar como os discentes negros percebem as relações estabelecidas no cotidiano do curso de Medicina. A esse respeito, observamos que os depoimentos destes discentes se aproximam bastante daqueles apresentados pelos discentes branco, divergindo apenas pontualmente. Vejamos o seguinte depoimento:



No geral, as relações são normais. Tranquilas. Não existe uma segregação muito ruim na nossa faculdade. Tem os grupinhos que acabam se separando assim, mas é mais por questão de afinidade e vivência. Tipo, eu tenho um grupo das cacheadas (risos). Aí, tem uma agregada que ela tem cabelo liso. Mas eu acho que isso surgiu não como um mecanismo de defesa, eu acho que foi mais como algo natural (Entrevistada C, raça/cor: parda, 8º período).

17

Diferentemente da Entrevistada B, que foi categórica em afirmar a existência de uma divisão/separação entre estoques étnico-raciais distintos, e a despeito dos estigmas e estereótipos raciais que foram identificados até aqui, a Entrevistada C percebe as relações raciais de forma mais amena, classificando-as como “normais”, “tranquilas” e enfatizando que “não existe uma segregação muito ruim” no curso investigado. A discente ainda relata a existência de “grupinhos”, que, apesar de possuírem fenótipos semelhantes (percepção que se aproxima à da Entrevistada B), são constituídos por uma questão de afinidade e, na percepção dela, não como um mecanismo de defesa.

A fim de termos uma compreensão mais alargada dessa questão, vejamos ainda o depoimento a seguir:

Na minha turma mesmo tem poucas pessoas negras, tem eu e algumas amigas minhas que são próximas a mim e mais um colega. Se for analisar, as mulheres da minha turma têm uma “panelinha” em que as meninas têm o mesmo padrão, são todas mulheres brancas com o mesmo padrão. E eu vejo que no meu grupo, na minha “panela”, não sei como isso aconteceu, mas acabou se formando naturalmente, a maior parte das meninas desse meu grupo é negra ou, a que não é negra e tem pele clara, mas tem traços negros, cabelo muito crespo. Tem outra amiga que é quilombola. Não que todas tenham o mesmo perfil, mas a maioria tá concentrada nesse grupo. Nunca parei pra falar sobre isso com elas, mas a gente percebe (Entrevistada E, raça/cor: parda, 8º período).

Partindo das duas falas anteriores, e ainda considerando parte do depoimento da Entrevistada B, é possível observar que, apesar de possuírem perspectivas diferentes sobre a mesma questão, as entrevistadas percebem a existência de “divisões”, “grupinhos” ou “panelinhas” que “separam” negros e brancos, o que por si só evidencia a importância dada ao marcador social raça/etnia naquele espaço.

Nesse contexto, consideramos que a criação de “grupinhos” ou “panelinhas” pelos discentes negros, embora de forma não tão consciente, constitui-se não só como uma



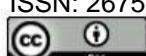
estratégia de *permanência* nesse espaço, que, em diversos aspectos, ainda se apresenta como hostil para negros e outros grupos não brancos. Nesse sentido, para melhor entendermos essa questão, é fulcral que compreendamos o sentido e as dimensões de permanência que nos orientam.

Para tanto, nós nos alinhamos a Santos (2009, p. 68), que define permanência como:

[...] o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação. Permanecer é estar e ser *continuum* no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras.

Complementando essa definição, a autora postula que, particularmente na universidade, há duas dimensões de permanência: a primeira dimensão, denominada por ela como *permanência material*, está relacionada às condições materiais de existência, ou seja, diz respeito às condições de arcar com os custos gerados durante o curso (ainda que este seja público), tais como moradia, transporte, alimentação, materiais didáticos etc.; a segunda dimensão, denominada pela autora como *permanência simbólica*, está relacionada às condições simbólicas de existência, isto é, diz respeito ao acesso ao apoio pedagógico, ao apoio emocional e psicológico, à valorização da autoestima, à existência de referenciais discentes e docentes, à valorização do indivíduo e de sua cultura etc. Em outras palavras, a permanência simbólica diz respeito às possibilidades que os estudantes têm, particularmente os negros, de identificar-se, de ser reconhecido e de pertencer ao grupo acadêmico e à instituição.

Mediante essas definições, e considerando o cenário apresentado pelos estudantes, o entendimento de permanência simbólica se torna particularmente relevante às nossas discussões, visto que as relações raciais, a depender de como são estabelecidas, podem incidir positiva ou negativamente nas possibilidades que os estudantes negros têm de identificarem-se, de serem reconhecidos, de pertencerem e, principalmente, de permanecerem no espaço acadêmico.



Daí vem nossa compreensão de que a criação de “grupinhos negros” ou “panelinhas negras” é uma estratégia de permanência que, por sua vez, é produto das relações que se estabelecem no curso investigado. Relações essas que, embora geralmente não sejam contundidas por demonstrações ostensivas de preconceito e discriminação racial, são marcadamente perpassadas por ideologias racistas que deixam evidente a importância do marcador social raça/etnia nas interações interpessoais e na própria organização do espaço acadêmico do curso de Medicina.

Os discentes negros, mediante relações marcadas por ideias e práticas racializadas, e buscando garantir o seu reconhecimento como parte integrante e legítima daquele espaço, acabam mobilizando e estabelecendo, geralmente de forma não consciente, algumas redes de solidariedade como estratégia para garantia dessa permanência simbólica, ou mesmo da permanência material. Geralmente, essas redes são construídas e firmadas com pessoas que possuem realidades semelhantes, ou seja, que são atravessadas pelos mesmos problemas ou por problemas próximos, de modo que é possível o apoio e o fortalecimento mútuo, assim como a superação das intempéries e entraves que constantemente surgem naquele espaço. Vejamos o depoimento a seguir:

As relações entre pessoas negras são bem amistosas. Eu acho que de muita empatia, porque, querendo ou não, a gente se coloca no lugar do outro. Em especial, pretos quilombolas e pretos não quilombolas, pois há uma diferença de acesso e de tratamento, então a gente tenta ajudar uns aos outros. Na verdade, ambos são prejudicados, mas que um não sofra mais o outro (Entrevistada D, raça/cor: preta, 8º período).

Nesse contexto, é importante ressaltar que o acesso à educação superior não é a única aspiração dos estudantes, mas é preciso considerar a necessidade de haver uma permanência de qualidade, particularmente para aqueles que ingressaram por ações afirmativas (Santos, 2009). É partindo dessa demanda que são implementadas, por parte do governo e das próprias instituições de educação superior, algumas políticas e ações que visam a garantir a permanência desses indivíduos, a exemplo da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

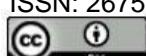
Contudo, como foi possível constatar nos depoimentos dos discente, e como foi possível observar durante a pesquisa, quando essas estratégias formais não dão conta ou não conseguem suprir a demanda dos estudantes, são estabelecidas estratégias informais de permanência, como o estabelecimento de redes de solidariedade e apoio, que, na verdade, são estratégias de permanência material e de permanência simbólica (Santos, 2009). Isso evidencia a complexidade no desafio de assegurar não apenas o ingresso, mas principalmente a permanência desses estudantes no ambiente universitário.

De todo modo, empiricamente, percebe-se que a permanência estudantil vai além do suporte financeiro e material oferecido pelas políticas institucionais, mas também envolve aspectos sociais e subjetivos que influenciam diretamente na trajetória acadêmica dos estudantes, como o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial. Além disso, as redes de solidariedade e apoio criadas pelos próprios discentes negros demonstram a relevância dos vínculos na construção de um ambiente universitário mais inclusivo e acolhedor, que possibilite a permanência desse grupo.

No entanto, a existência dessas estratégias informais evidencia lacunas nas políticas institucionais, ressaltando a necessidade de um aprimoramento contínuo das ações de assistência estudantil, particularmente na sua dimensão simbólica. Assim, garantir a permanência efetiva desses estudantes exige uma abordagem ampliada que conte com não apenas a oferta de recursos materiais, mas também iniciativas que fortaleçam o pertencimento e a integração ao espaço acadêmico, particularmente, ações que previnam e combatam o racismo e outras violências correlatas.

5 Considerações finais

Em nossas análises, foi possível constatar a complexidade das relações raciais no curso de Medicina do campo acadêmico investigado, havendo tanto experiências de convivência harmônica quanto situações marcadas por tensões raciais, de modo que as percepções dos discentes entrevistados demonstram que, apesar do ambiente acadêmico



seja, por vezes, descrito como “tranquilo” ou “normal”, há relações raciais desiguais que atravessam o cotidiano do curso.

Nesse cenário, um dos aspectos principais tratados foi a adoção do silêncio como estratégia da branquitude para evitar o enfrentamento direto das questões raciais, sobretudo no que se refere ao reconhecimento dos privilégios raciais historicamente acumulados. Outro ponto a ser considerado foi a forma como o racismo incide sobre a subjetividade dos estudantes negros, levando-os a enfrentar estigmas e estereótipos que questionam sua legitimidade nos espaços acadêmicos. Assim sendo, a criação de “grupinhos” e redes de solidariedade entre estudantes negros se constitui como uma estratégia de resistência e permanência, o que revela as limitações nas políticas institucionais, especialmente no que diz respeito à construção de um ambiente universitário que efetivamente combata o racismo.

De todo modo, ressaltamos que, no decorrer de sua execução, esta pesquisa enfrentou limitações importantes, especialmente no que diz respeito ao acesso ao cotidiano do curso, o que impediu uma observação mais direta das práticas educativas relacionadas à temática racial, assim como limitou uma inserção mais densa no campo investigado. Todavia, mediante resultados desta pesquisa, que evidenciam a persistência do racismo, do preconceito e da discriminação racial no curso de Medicina da UFPA/Altamira, sugerimos a adoção de políticas antirracistas de fato efetivas, como a implementação de disciplinas obrigatórias que articulem relações étnico-raciais e saúde da população negra, a formação continuada de docentes e discentes para o enfrentamento do racismo institucional e a criação de núcleos de apoio psicossocial para vítimas de discriminação.

No mesmo sentido, recomendamos a ampliação de ações afirmativas, como cotas raciais em programas de residência médica e a promoção de pesquisas que aprofundem as interseccionalidades entre raça, gênero e classe no acesso, na permanência e no êxito nos cursos de Medicina. Do mesmo modo, recomendamos estudos futuros que busquem analisar comparativamente as dinâmicas do racismo em diferentes *campi* e cursos de



Medicina na Amazônia, o que contribuirá para a adoção de estratégias mais eficazes nessa região.

Referências

22

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRASIL. **Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República: Brasília, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/inde>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio. In: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 35-57, 2018. Disponível em: https://ecopos.emnuvens.com.br/eco_pos/article/view/22528. Acesso em: 4 jul. 2025.

DPU; ABPN. **Pesquisa sobre a Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais.** Brasília: Defensoria Pública da União/Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, 2022.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES.** Brasília: Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis/Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2018.

FREDRICH, Vanessa Cristine Ribeiro; SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos; ROCHA, Tamires de Paiva; SANCHES, Leide da Conceição. Percepção de racismo vivenciado por estudantes negros em cursos de Medicina no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. 1-19, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/MY9stGPyX6vcMyWG98yQbSd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2025.

23

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Merli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB, Rio de Janeiro, 5 nov. 2003. Recuperado de:
<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 24 dez. 2024.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545/14322>. Acesso em: 30 nov. 2024.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016.

RIO DE JANEIRO. **Lei n. 3708, de 9 de novembro de 2001**. Institui cota de até 40% para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa, 2001. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde529>

58a6dd203256b030063db70?OpenDocument&ExpandView&ExpandSection=-5. Acesso em: 19 nov. 2024.

ROSA, William; FACCHINI, Regina. “Você é um dos reprovados?”: cotas, tensões e processos de subjetivação entre universitários negros de Medicina. **MANA**, v. 28, n. 3, p. 1-31, 2022. Disponível em: <https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/96337195/scielo-libre.pdf?1671997926=&response-content>. Acesso em: 11 fev. 2025.

24

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas:** a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa, 2009. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Sérgio Pereira dos; ROCHA, Emerson Ferreira. Entre pedras, revoltas e batidas no peito: uma análise sobre narrativas de vida de médicos negros/as e brancos/as em mediação com o filme *Quase Deuses*. In: PRUDENTE, Celso Luiz; ALMEIDA, Rogério (org.). **Cinema negro:** uma revisão crítica das linguagens. São Paulo: FEUSP, 2022.

SILVIANO, Jefferson dos Santos; MOREIRA, Ingrid Karise dos Santos. **Narrativas de estudantes negros, indígenas e quilombolas do curso de graduação em Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá**. 2023. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Medicina) – Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TRINDADE, Josiney da Silva. **Entre a “harmonia”, o racismo velado e o silêncio:** as relações raciais entre negros/as e brancos/as no Curso de Medicina da Universidade Federal do Pará. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2023.

ⁱ Josiney da Silva Trindade, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5423-8466>

Doutorando em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFAM); mestre em Educação e Cultura – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC-UFPA); licenciado em Pedagogia – Universidade Federal do Pará (UFPA).

Contribuição de autoria: administração do projeto, análise formal, conceituação, escrita – primeira redação, escrita – revisão, investigação, metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8608683030751474>

E-mail: josineytrindade@gmail.com

ⁱⁱ Vilma Aparecida de Pinho, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2544-084>

Doutora em Educação, docente na Universidade Federal do Pará (UFPa), atuando na Faculdade de Educação (FAE), no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), no Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGEtno) e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Culturas Inclusivas (PPGECI).

Contribuição de autoria: supervisão, conceituação, escrita – revisão, metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2018069654110698>

E-mail: vilmaaparecidadepinho@gmail.com

25

Editora responsável: Genifer Andrade.

Especialistas ad hoc: Luciana de Moura Ferreira e Eduardo Pinto e Silva.

Como citar este artigo (ABNT):

TRINDADE, Josiney da Silva; PINHO, Vilma Aparecida de. Relações raciais no curso de Medicina da Universidade Federal do Pará: vivências de estudantes negros e brancos.

Rev. Pemo, Fortaleza, v. 7, e15484, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15484>

Recebido em 30 de abril de 2025.

Aceito em 5 de julho de 2025.

Publicado em 01 de setembro de 2025.

